RELEVÃNCIA INEGÁVEL DA ANTROPOLOGIA

Verlan Valle Gaspar Neto[1]

Introdução

O objetivo deste trabalho consiste no apontamento sucinto de alguns objetos investigativos em Antropologia, principalmente no que diz respeito a algumas de suas preocupações mais recentes. Visa ainda pôr em relevo manifesto, as relevantes contribuições advindas de seus estudos para o esclarecimento de situações complexas do mundo contemporâneo, contradizendo as expectativas discriminatórias de muitos profissionais e estudantes de outras áreas das Ciências Sociais, que insistem no julgamento de alocar a prática antropológica como pseudociência.

O caos contemporâneo

Não é novidade para as pessoas em geral que vivemos hoje em um mundo marcado por inúmeras realidades que de certo modo se confrontam. A primeira Guerra Mundial, em 1914, inaugurou o que Eric Hobsbawn chama de o breve século XX (HOBSBAWN, 1997).[2] Nele, assistimos a dois conflitos mundiais, ao avanço e queda do socialismo, a chegada do homem a lua, ao domínio da Internet e à clonagem de animais. Se fôssemos discriminar todos os seus acontecimentos, ironicamente um século não seria o suficiente para tamanho empreendimento. Mas o fato é que, ao longo dos últimos 80/90 anos, o orbe se complicou em ritmo exponencial, cujos resultados são visíveis, e os desafios, inevitáveis.

A Antropologia surgiu na segunda metade do século XIX, e se consolidou enquanto ciência ao longo do século XX. Durante esse período, cientistas fundaram escolas e arquitetaram diferentes mecanismos capazes de compreender as múltiplas manifestações culturais humanas, alocando em seu interior, uma colossal quantidade de informações. À medida que o tempo passou, a Antropologia deixou de lado as proposições colonialistas e etnocêntricas de sua fase

[1] Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, Membro associado do Museu de Arqueologia e Etnologia Americana da UFJF.

[2] Para o historiador, o século se divide em três eras: a Era das Catástrofes, que compreende as duas guerras mundiais; a Era do Ouro, que se estende de 1945 à década de 80; e o seu término, já no início dos anos 90, denominado a Era da Desconstrução.

evolucionista em busca de uma ciência mais sofisticada e ética, embora não menos ideológica. Observa-se que as coisas mudaram, e ao que tudo indica, para melhor.

Mas talvez o mesmo não possa ser diagnosticado com tamanha certeza quanto ao nosso mundo contemporâneo globalizado. Se a proposta era a consolidação de uma realidade global e harmoniosa fundamentada na difusão e homogeneização de determinados valores e sociedades – principalmente ocidentais -, e patrocinada pela afirmação dos Estados nacionais, em algum momento ela foi questionada, e o que se observa hoje, é justamente o contrário. Para Hobsbawn, o fim do nosso breve século XX se caracteriza pela fragmentação e por uma inquietação que nem mesmo os grandes avanços tecnológicos foram capazes de amenizar. Isto não é difícil de perceber quando verificamos que a ordem do dia nas grandes cidades é o individualismo, e que as sociedades periféricas e os grupos minoritários ao redor do globo lutam com unhas e dentes para realçar suas particularidades. O mundo se tornou um grande palco para o show das diferenças, e as luzes do cenário mostram que estamos diante de novos desafios.

O novo movimento teórico

Em 1987, o sociólogo Jeffrey Alexander esteve no Brasil para uma conferência, e que rendeu um artigo intitulado *O Novo Movimento Teórico*. Bastante atual, o texto trata dos novos desafios que apontam para uma reorientação das Ciências Sociais, tanto em seus métodos de análise quanto em seus objetos de estudo, enfatizando o fato de que os paradigmas clássicos e isolados já não são suficientes para compreender a sociedade. Trata-se de uma crise em que conceitos aparentemente antinômicos (macro X micro, individualismo X holismo, entre outros), ao se interconectarem tornam a crise salutar na medida em que a fusão dos paradigmas proporciona novas possibilidades científicas. O mútuo auxílio entre as diferentes ciências pode proporcionar um mapeamento mais eficiente da realidade complexa que se desdobra à nossa frente (ALEXANDER, 1987). Considerando o mundo contemporâneo como caracterizado pelo esgotamento das grandes narrativas, pela desconstrução lógica das coisas e pela constante experimentação de bricologia, entendemos que as investigações científicas a respeito desse mundo globalizado e pós-moderno obterão resultados mais positivos na medida em que as teorias e pesquisas de médio alcance usufruírem as ferramentas oferecidas pelas de micro e macro perspectivas.

Ainda que sociológico, o texto de Alexander é fundamental porque permite vislumbrar um novo horizonte para as Ciências Sociais e para a Antropologia em especial. Se Lévi-Strauss alardeava o mundo na década de 60 ao verificar que a Antropologia estava próxima do fim em função do desaparecimento de índios e sociedades "primitivas" - seu primordial objeto de estudo -, as décadas subseqüentes mostraram que isto estava longe de acontecer. Não só porque diversas populações indígenas e similares passaram a reagir veementemente contra o massacre das sociedades nacionais, mas também, porque os Estados modernos passaram a enfrentar problemas maiores com a luta pela auto-afirmação de inúmeros grupos diferenciados no interior de sua organização. Segundo David Maybury-Lewis (2002), o mundo mergulhou numa era de confusão, e a pesquisa antropológica está especialmente adequada para destrinchá-lo, já que ela esteve sempre atenta para o diferente, desenvolveu o relativismo cultural e sempre destinou atenção aos universos micros, compreendendo-os como pertencentes a universos mais amplos. No Brasil, o desenvolvimento da Antropologia não se deu de forma diferente, e contando com a presença de sociedades "excêntricas" – índios – no próprio território, pôde se preparar de forma facilitada para o estudo de sua própria sociedade nos centros urbanos, como veremos a seguir, e bem como para alguns outros temas afins e demais objetos de suas preocupações mais recentes.

A Antropologia urbana

De um modo geral, o desenvolvimento da Antropologia urbana pode ser considerado um marco através do qual os focos de interesse da disciplina se multiplicaram no país. Para Ruben Oliven (1992), o Brasil sempre esteve empenhado na busca pela democracia, mas desconsiderando as diferenças culturais (1992). A redescoberta da importância da cultura e a busca pela afirmação das diferenças a partir da abertura política dos anos 80 não se deram pelo Estado e muito menos pelos intelectuais, mas sim, pelos próprios grupos sociais. Uma parte considerável de nossos cientistas sociais encontrava-se indiferente às manifestações culturais, preocupados que estavam com as questões macro. Os antropólogos, já acostumados a lidar com a cultura, puderam então se voltar para esses fenômenos, percebendo a manifestação da realidade nacional em esferas da sociedade até então ignoradas, já que no universo urbano, há a coexistência de uma farta coleção de diferentes culturas e visões de mundo que muitas vezes se mostram contraditórias, ou então, que revelam uma complementaridade entre as partes

constituintes através de jogos de negociações. Idosos, mulheres, homossexuais, *rockers*, negros, telespectadores, prostitutas e os marginalizados em geral, atores da cena urbana ou não, todos possuem algum tipo de reivindicação que mexe com as estruturas da organização social, e se tornaram elementos cruciais das pesquisas antropológicas no Brasil.

A defesa dessas novas linhas de pesquisas, feita nos anos 80 por antropólogos como Otávio Velho, Roberto Damatta, Gilberto Velho, Ruben Oliven, entre outros, mostrou não só porque a Antropologia se tornou quase hegemônica dentro das Ciências Sociais, mas também, como a sua intimidade com o universo micro lhe permite colaborar de forma decisiva na compreensão das demandas oriundas desses grupos, lançando nova luz sobre o caos contemporâneo.

Cultura e política

Ao se tratar de novos temas para a Antropologia, fica impossível recusar uma breve discussão quanto aos estudos de cultura e política. Muito elucidativo, o texto apresentado por Guita Debert em 1995, por ocasião da IV Reunião de Antropologia Norte – Nordeste, coloca alguns pontos interessantes. Os grupos marginalizados sempre foram o centro de discussões sobre o universo urbano, seja nos estudos que visavam ora os elementos de dominação, ora os seus elementos de resistência. Estes mesmos grupos, de um modo geral, sempre foram investigados a partir de perspectivas mais ou menos isolacionistas, considerando-os independentes. No entanto, a nova configuração social não permite a análise de grupos isolados:

> em um mundo em que globalização e fragmentação se combinam de maneira inusitada, em que as fronteiras entre os grupos não são nítidas, mas exaltam-se as particularidades e o conhecimento local, fica cada vez mais claro que não podemos nos limitar ao estudo de grupos que se definem com estando mais ou menos isolados (DEBERT, 1995).

Para superar as limitações desses tipos de análise, a busca pela compreensão da interlocução entre os grupos pode revelar quadros surpreendentes. Apostando no estudo dos "interpretativistas culturais", Debert revela que em vários níveis, estes profissionais, a serviço de órgãos do governo, empresas, associações da sociedade civil e ONGS, são especializados no mapeamento das aptidões das populações alvo dos discursos oferecidos por estas instituições, preparando o terreno

para a recepção de suas mensagens e criando ligações entre grupos aparentemente desconexos. Entender a lógica pela qual estes profissionais agem é um dos grandes e novos desafios abertos à Antropologia.

Ainda dentro desta perspectiva de estudos sobre cultura e política, cabe ressaltar o quão salutar podem ser os estudos realizados junto aos detentores não só de um poderio econômico, mas também formador de opinião, político e até mesmo científico. Desvendar as interpretações que os *experts* de diversas áreas fazem a respeito do mundo e o cenário que eles criam para travar suas lutas pelo domínio é uma contribuição de relevância democrática que a Antropologia tem a oferecer, mostrando "como os significados por eles produzidos afetam de maneiras distintas a nossa vida cotidiana e dos grupos tradicionalmente pesquisados pelos antropólogos, redefinindo vínculos sociais, projetos e expectativas" (DEBERT, 1995). Isso mostra que a partir de tais estudos, a Antropologia pode estar mais próxima de uma aplicação direta no cotidiano, pois a proposta aqui não é a de se restringir apenas ao conhecimento de uma realidade até então pouco explorada - o mundo dos *experts* -, mas sim de tornar esse mundo passível de politização e de questionamento quanto ao alcance da validade de seus discursos e o impacto sofrido por seus alvos. Voltaremos a este assunto mais adiante.

Educação e cultura

A publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1996 trouxe à tona, e de forma cristalizada, o resultado de uma discussão que há muito vinha se realizando não só no interior dos órgãos educacionais, mas na sociedade de um modo geral: o papel sócio-político e cultural da escola. Mediante um cenário em que uma gama considerável de núcleos fragmentados encontra-se em permanente contato e busca de auto-afirmação, falar de uma escola meramente reprodutora de um conhecimento único institucionalizado é no mínimo estar fora de moda. Levar em conta o cadinho cultural que é o país revelou que, se queremos a afirmação de uma democracia eficiente entre nós, um dos pressupostos básicos para isso é o re-direcionamento do modo de atuação da escola.

A proposta dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) para todas as séries e disciplinas é a de que a escola prepare alunos para que sejam mais do que conhecedores de português, física ou matemática, tornando-os instrumentalizados para aplicar no seu cotidiano e na sua realidade o

que aprenderam na escola. E mais do que isso, que eles sejam capazes de atuar de forma efetiva nas discussões que envolvam seu próprio destino.

A incorporação de conceitos e resultados de pesquisas antropológicas na área pedagógica significaram um amplo suporte para essa reorientação do papel da escola. Os estudos de educação e cultura favoreceram a percepção de que a escola, ao invés de impor um modelo único de conhecimento, deve prezar pela realidade social e cultural diferenciada encontrada em seus educandos, trabalhando-a de forma a utilizar o máximo possível de sua contribuição. Fica clara então, a descoberta, ou pelo menos a legitimação, do papel da escola enquanto ente chave no processo de democratização do país e também de instrumentalizador de seus alunos para uma cidadania plena. O destaque dado a Antropologia na elaboração dos PCNs - e que gerou uma série de conflitos entre os profissionais envolvidos, já que se temia que o texto fosse mais antropológico do que pedagógico[3], só reforça a importância dos estudos antropológicos na compreensão dos mais diferentes setores da realidade cultural brasileira, contribuindo para erradicar o etnocentrismo que muitas vezes subjaz as relações em um país tão misturado culturalmente quanto o nosso. Nas palavras do próprio documento, com o auxílio da Antropologia,

> (...) proporcionaríamos ao aluno a possibilidade de transpor uma postura etnocêntrica (que produz atitudes preconceituosas e discriminatórias, sobretudo ao lidar com as diferenças e com as minorias sociais), tendo como referência a prática de relativizar a realidade social. Nesse sentido, o saber antropológico nos fornece instrumentais de suma importância que possibilitam modificar as relações interpessoais cotidianas (MEC/ PCN de Sociologia, 1998).

Estas contribuições advindas da Antropologia, como observamos anteriormente, estão ligadas aos próprios conceitos que esta ciência desenvolveu em pouco mais de um século, cujas implicações tanto no plano prático do desenvolvimento educacional em sala de aula quanto na epistemologia que orienta as diretrizes e políticas sobre educação, sem falar na prática pedagógica, têm papel determinante para o desenvolvimento de uma realidade nacional menos injusta e mais aberta à cidadania de seus atores.

---

[3] Para verificar as contribuições oferecidas pelas Ciências Sociais como um todo no campo de atuação da matéria de Sociologia para a educação, veja MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais; terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental. Brasília, 1998.

A Antropologia no Espelho

Falar em novas tendências da Antropologia, ou simplesmente em fazer Antropologia torna imperativo uma reflexão quanto ao papel da disciplina e os efeitos provocados por seus estudos junto aos grupos observados. Alguns trabalhos nos servirão de suporte para demonstrar que este tipo de discussão só tem a acrescentar ao permanente desenvolvimento de nossa ciência.

Franz Moonen, em *Antropologia Aplicada* (1988), tece uma discussão em torno da dificuldade em se debater no interior da academia as possibilidades de tornar a Antropologia uma ciência de caráter interventivo. Realizando uma diferenciação entre "indiólogos" e indigenistas, o autor mostra que os primeiros, muito mais preocupados com a aclamação em torno de sua qualificação profissional e seu diletantismo intelectual, furtam-se, nos trabalhos junto às comunidades indígenas, a qualquer tipo de ação voltada para a melhora nas condições de vida destes, ao passo que os indigenistas são aqueles que de alguma forma se engajam na preservação e bem-estar dos índios.

Mesmo restrita ao campo dos estudos indígenas, a colocação de Moonen mostra o quanto determinadas palavras como engajamento, intervenção e outras mais provocam arrepios nas espinhas daqueles que defendem uma ciência pretensamente neutra. Ora, o que a pós-modernidade vem nos demonstrando é que, um dos fatores que mais concorreram para a crise de paradigmas nas Ciências Sociais foi à ilusão de uma ciência desprovida de ideologia. Aliás, em campo científico algum (exatas, biológicas ou humanas), há ausência de ideologia. O que está em jogo é como passaremos a lidar com o fato de que a ciência intervém na realidade sim, seja diretamente ou por tabela.

Quando Guita Debert fala em relevância democrática da prática antropológica, ao que tudo indica, para uma ciência que se constituiu num país cujo alcance da democracia plena ainda não foi efetivado e todos os seus atores não foram alojados de forma satisfatória nos campos de discussão, os estudos constituídos junto aos grupos minoritários têm uma parcela considerável de responsabilidade, na medida em que os dados obtidos revelam construções que estes grupos fazem do mundo e a maneira pela qual eles garantem sua sobrevivência. Utilizá-los de forma inadequada ou irresponsável pode ser fatal. Os estudos junto aos ***experts*** e intermediários

culturais podem servir de auxílio para que as populações dominadas desenvolvam ferramentas que lhes propicie ao menos o direito de defesa.

Claro que este é um terreno pantanoso, e tratar o tema com leviandade seria o mesmo que realizar uma pesquisa etnográfica inconseqüente. Mas uma auto-reflexão é imprescindível, mesmo que ela surja da discussão que nossos grupos observados travem a nosso respeito. Foi o que fez Vagner Gonçalves Silva no seminário "Antropologia e seus espelhos" (s/d). Abrir espaço para que os observados pusessem em fórum nossas práticas e pesquisas, mostrou que nem sempre nossa interpretação da realidade da alteridade condiz com o que eles pensam, ou muitas vezes, oferece-lhes algum tipo de benefício. Na mesa redonda realizada com líderes de diversos segmentos tradicionalmente estudados pela Antropologia, ficou patente que estes grupos estão engajados a exigir dos antropólogos um mínimo de responsabilidade ética e profissional para com eles. E segundo Maria Lúcia Montes, professora de Antropologia da USP e debatedora do seminário, este é o caminho a ser seguido pela Antropologia:

> Se a Antropologia não é uma disciplina qualquer, como a Engenharia ou a Medicina, é por causa dessa refletividade que ao se impor entre o eu e o outro, pela mediação do espelho, é capaz de estabelecer um terceiro lugar de onde é possível compreender a ambos como iguais. Esse é o lugar da humanidade. Acho que essa é a riqueza que a Antropologia traz e é em nome deste terceiro lugar que deveríamos considerar a questão da produção do conhecimento como um horizonte à frente, e não apenas o horizonte do poder (...) e acho que isso é uma coisa que vocês têm absoluto direito de estar exigindo do antropólogo" (MONTES,).

Não se trata aqui de colocar os antropólogos entre a cruz e a caldeirinha, ou pintá-los como zebras do apocalipse. Muito pelo contrário, já que o próprio Código de Ética dos antropólogos, elaborado pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA – pretende que as populações pesquisadas têm o "direito de ser informadas sobre a natureza da pesquisa" e a "garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado" (DEBERT, 1995). Mas acredito que só a partir de auto-reflexões permanentes é que poderemos exercer o papel de desmistificadores do mundo, pois como afirmou David Maybulry-Lewis (2002):

> Agora, mais que nunca é imperativo que a Antropologia continue a fazer o que sempre fez, isto é, desenvolver a compreensão relativista de outras

> culturas e civilizações para promover a tolerância fundamentada. Acima de tudo, a Antropologia deve intensificar o esforço que sempre fez de compreender as categorias que as pessoas utilizam para dar sentido a um mundo que parece estar enlouquecendo.

Biotecnologia e Antropologia

Orientados pela discussão anterior, passamos agora a uma pequena discussão quanto ao papel não só da Antropologia, mas das Ciências Sociais como um todo frente aos avanços da biomedicina.

Em agosto de 2003, a revista *Superinteressante* publicou uma edição especial intitulada "Medicina do Futuro", trazendo em seu conteúdo os maiores prodígios obtidos –e a serem – em poucas décadas pela ciência médico-biológica. Desde o prolongamento da vida até a criação de ciborgues, as novidades são animadoras. Termos como nanomedicina (manipulação de partículas com milionésimos de milímetro), bioengenharia e engenharia genética são cada vez mais corriqueiros, assim como estão cada vez mais próximos da realidade, a utilização de órgãos artificiais, drogas personalizadas e sangue artificial. Até mesmo o câncer teve seu fim decretado: a data limite é 20l5, segundo os cientistas.

O mapeamento genético, aliado aos avanços tecnológicos, é o principal responsável por tais conquistas. E é indubitável que a Biologia ocupa hoje lugar de destaque no mundo científico. Aberta ao diálogo com outras ciências (Medicina, Química, Física e Informática), muitos de seus avanços deixaram de ser considerados mera ficção científica para se tornarem realidade. O objetivo é dar aos homens o máximo de vida com o mínimo de sofrimento. No entanto, há uma grande questão: quem poderá ser beneficiado por tais avanços? O artigo final da revista aponta para essa preocupação. Redigido pelo neurocientista e professor da Faculdade de Ciências da Unicamp, Renato Sabbatini, a proposta é a de um avanço tecnológico com humanismo, ou seja, "uma medicina que seja fundamentalmente preocupada com o ser humano" (SABATTINI, 2003).Ora, os avanços estão aí, mas estarão restritos às camadas mais privilegiadas da sociedade? Uma grande fatia dos investimentos em pesquisas é oriunda do dinheiro público, de onde se deduz que devam retornar para a sociedade que paga direta ou indiretamente, por eles. Mas o que se observa não se mostra tão gratificante assim. A não ser que se considere a morte de dezenas de

pessoas por falta de atendimento em hospitais públicos uma trama de novela. Pode até ser, mas com a conotação de um grande dramalhão mexicano.

Embora relativamente nova, as Ciências Sociais puderam angariar um vasto conhecimento a respeito da organização do homem enquanto ser social. Desenvolveram mecanismos sofisticados para seu estudo e ousaram diagnosticar vários fenômenos. Hoje a presença de sociólogos, antropólogos e cientistas políticos em questões dos mais variados graus e gêneros é cada vez mais requisitada. Ótimo momento então para mostrar o que desenvolveram ao longo de todo esse período. Principalmente a Antropologia.

Ao observar os motivos que levavam pessoas de segmentos excluídos da sociedade paulistana a procurar a cura para suas enfermidades em terreiros de Umbanda, Paula Montero (1985) encontrou uma insatisfação por parte dos doentes quanto ao tipo de tratamento oferecido pela medicina acadêmica. O tratamento frio, distante, técnico e desinteressado por parte dos médicos da rede pública foi um dos fatores cruciais apontados pelos entrevistados, para evitarem se tratar nos hospitais e abrigarem-se nos terreiros de Umbanda. Infelizmente, esse não era o objetivo-mor do trabalho da antropóloga, mas só o reconhecimento desse dado da realidade já é suficiente para demonstrar o quanto à pesquisa antropológica nesta área, se for aprofundada, pode servir não só para denunciar, mas também para pôr em discussão o tipo de diálogo travado entre esses *experts* e a população sem voz.

Propostas como as de Guita Debert, Franz Moonen e David Maybury-Lewis nos encorajam a insistir na idéia de que a Antropologia pode - e deve - contribuir para dar um ar mais humano aos avanços tecnológicos não é utopia, e muito menos romantismo de quinta. É dar uma utilidade prática aos seus estudos. Planejamentos de políticas públicas, estudos a respeito dos impactos de tais avanços sobre a sociedade, mapeamento das áreas mais necessitadas para futuros benefícios são algumas das muitas contribuições que o profissional da Antropologia pode oferecer às outras ciências e principalmente à sociedade. Como coloca Guita Debert, “as biotecnologias são um reino privilegiado para o exercício de poderes que se pretendem politicamente neutros, daí a urgência na compreensão de como nesse campo o poder é instaurado e monopolizado” (DEBERT, 1995). Portanto, a preocupação de Sabbatini não é infundada e não pode passar despercebida. A associação entre Biologia e Antropologia tem se mostrado fértil, haja vista a grande participação de antropólogos junto aos trabalhos de mapeamento genético humano, revisão evolutiva da espécie e na utilização de suas pesquisas no campo do comportamento cultural para o diagnóstico

de inúmeras procedências médicas junto aos variados grupos que constituem o globo de um modo geral, como é o caso da sexualidade, em que as pesquisas antropológicas têm servido de suporte fundamental para o desenvolvimento de medidas públicas que visam o combate à violência doméstica e feminina, à prática discriminatória contra os homossexuais e ao avanço da AIDS.

Finalizando

Os campos de atuação da Antropologia se diversificaram muito nos últimos anos, e poderíamos citar inúmeras linhas de pesquisa envolvendo não só seus objetos clássicos de estudo, mas também aquelas que, interconectando-se com outras áreas, têm desenvolvido trabalhos sobre arte em geral, prática desportiva, memória coletiva e psicologia social, nutrição, etologia, economia, administração de empresas e muitas outras ramificações. Mas o espaço é demasiado limitado para a discriminação de todas elas e não é esse o intuito deste trabalho. Nosso foco principal consiste na constatação e comprovação da relevância dos estudos antropológicos na busca de respostas (ainda que longe de um desfecho definitivo) para os diversos questionamentos que assolam a sociedade, e que constante e indevidamente, são criticados e/ou negligenciados por parte de profissionais de outras áreas das Ciências Sociais principalmente, numa clara demonstração de medo pela perda de "domínios" institucionalizados. Portanto, ficam assim, apontadas, mesmo que de forma limitada, algumas das preocupações recentes da Antropologia. Como fica lançada também, a proposta de continuidade destas reflexões que a Antropologia vem realizando nos últimos tempos. Não só como forma de refinar seus métodos investigativos e de articulação teórica, mas principalmente, no empenho em defender a sobrevivência cultural do *homo sapiens* frente a este mundo de caos.

Referências bibliográficas:

ALEXANDER, Jeffrey. **O novo movimento teórico**. Revista brasileira de sociologia. Nº 4. VII, 1987. P. 5-28.

CORREA, Mariza. OLIVEIRA, Roberto Cardoso. LARAIA, Roberto de Barros. Entrevista com David Maybury Lewis. **ANPOCS**. 2002.

DAMATTA, Roberto. 1981. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. 3 ed. Rio de janeiro: Zahar. 272p.

DEBERT, Guita. **A antropologia e os novos desafios nos estudos de cultura e política**. Texto apresentado na mesa redonda Tendências Atuais as Antropologia, IV Reunião de Antropologia. Norte – Nordeste – Universidade Federal da Paraíba (João Pessoa – 28 a 31 de maio de 1995).

GUERREIRO, Goli. 1994. **Retratos de uma tribo urbana: rock brasileiro**. Salvador: Centro Editorial da UFBA. 154p.

HEILBORN, Maria Luiza (org). 1999. **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais. Rio de janeiro: Jorge Zahar. 206p.

HOBSBAWN, Eric. O século: vista aérea, olhar panorâmico. In. **A era dos extremos**. 2 ed. Trad. Marcos Santarreta. São Paulo: Cia das Letras, 1997. P. 11-26.

MAYBURY-LEWIS, David. A Antropologia numa era de confusão. **ANPOCS**. 2002.

MELLO, Luiz Gonzaga de. 1982. **Antropologia cultural**: iniciação, teorias e temas. Petrópolis: Vozes. 588p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília, 1998.

MONTERO, Paula. **Da doença à desordem**; a magia na Umbanda. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MOONEN, Frans. **Antropologia aplicada**. São Paulo: Ática, 1988. (Série Princípios)

OLIVEN, Ruben George. A antropologia e diversidade cultural no Brasil. **Brasil e França. Ensaios de Antropologia social.** Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1992. P. 24-42.

OLIVEN, Ruben George. Por uma antropologia em cidades brasileiras. In. **Contribuições em desenvolvimento urbano 2.** BARAT, Josef. Rio de Janeiro: Campus, 1980. P. 23-36.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. São Paulo: Abril. Edição 191-B. Agosto de 2003.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. 2003. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Anna Blume. 208p.

SILVA, Vagner Gonçalves. REIS, Letícia Vidor de Souza. SILVA, José Carlos. Antropologia e seus espelhos. **A etnografia vista pelos observados**.

VELHO, Gilberto. O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira. In: **Contribuições em desenvolvimento urbano 2.** BARAT, Josef. Rio de Janeiro: Campus, 1980. P.
13-21.